



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 1 de outubro de 2011

A CRITICA ZFM..... CAPA	1
A CRITICA Cenário é de destruição após saída de invasores CIDADES	2
A CRITICA MPT quer interdição do porto Chibatão CIDADES	3
A CRITICA CONFAZ ECONOMIA	4
A CRITICA Omar pede juros menores na dívida estadual com a União	5
A CRITICA REFORMA TRIBUTÁRIA ECONOMIA	6
A CRITICA ESTÍMULO ECONOMIA	7
A CRITICA DESENVOLVIMENTO ECONOMIA	8
DIÁRIO DO AMAZONAS Dívida de mais de R\$ 3 bi com a União leva Estado a pedir redução de juros	9
DIÁRIO DO AMAZONAS Ministro da indústria descarta alterar regra do regime automotivo	10

ZFM

Pernambuco será o terceiro entrepasto

Em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Amazonas e Pernambuco firmam protocolo criando regime diferenciado para a cobrança de ICMS. **PÁGINA A14**

Cenário é de destruição após saída de invasores

CAROLINA SILVA
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

Sete horas depois da retirada de, aproximadamente, 1,5 mil pessoas que invadiram um terreno de mais de 64 mil metros quadrados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) no bairro João Paulo II, Zona Leste, o cenário era de silêncio e destruição marcado pelos focos de incêndio provocados pelos ocupantes diante da revolta.

A Polícia Federal com o apoio da Ronda Ostensiva Cândido Mariano (Rocam) e do Batalhão da Polícia Ambiental desocupou por volta das 5h de ontem a área que vinha sendo invadida desde a última segunda-feira, 26. A invasão havia se estendido até o ramal do Ipiranga e o "caminho da bica".

A equipe de A CRÍTICA chegou ao local às 12h e uma média de 100 pessoas que estavam capinando e demarcando a área invadida por meio de cordas amarradas em estacas de madeira se concentravam na entrada do ramal indignadas com a atitude dos policiais durante a desocupação. "Nós não vamos desistir porque a Suframa nos informou que aquela área é nossa. Eles chegaram a agredir um colega nosso e usaram até gás. Não precisava disso porque ninguém está armado aqui", justificou Keyla Pereira, que invadiu o terreno para deixar de morar de favor na casa dos pais com os



Imagem de como ficou parte da área invadida. Além de queimar a mata, invasores cortaram árvores em outros trechos do terreno de mais de 64 mil metros quadrados

dois filhos pequenos.

De acordo com a invasora Dalany Silva, 21, na tarde de quarta-feira, 28, um representante da Suframa esteve no local e informou que a área esta-

ria liberada para ser ocupada, mas para isso solicitou um abaixo-assinado para que fosse formalizado a posse das terras. Porém, os invasores temem entregar as 264 assinaturas recolhi-

das e entregar ao órgão. "Nós fizemos, mas não sabemos bem o que eles vão fazer com esse abaixo-assinado que tem o número de identidade e CPF da gente". Até o momento em que a

equipe de reportagem esteve no local, o representante citado pelos invasores ainda não tinha voltado para dar mais informações da situação e nem receber o abaixo-assinado.

Reforço policial

Na tarde de ontem, policiais do Batalhão de Choque também deram reforço para que os invasores não voltassem para o terreno. Aproximadamente 120 lotes tinham sido marcados para ocupação. Os invasores informaram que uma grande parte dos instrumentos que eles utilizavam para "limpar" o terreno havia sido recolhido pelos policiais.

"Eles sabem que essa área é usada pelos usuários de drogas e até mesmo para crimes de estupro", reclamou Daiany sobre a falta de apoio dos órgãos competentes para permitir que eles construam casas no local.

Os invasores garantiram que vão permanecer no local até receberem uma resposta da Suframa sobre a situação. Na tarde de quinta-feira, 29, Edislei Cabral, representante do órgão, chegou a negar que seriam cedidos lotes de terrenos a eles.

Segundo a Suframa, foram emitidos ofícios aos órgãos de segurança - Polícia Militar e Polícia Federal - e órgãos de controle do meio ambiente para tomar providências já que não foi possível estabelecer um diálogo com os invasores para que desocupassem a área.

MPT quer interdição do porto Chibatão

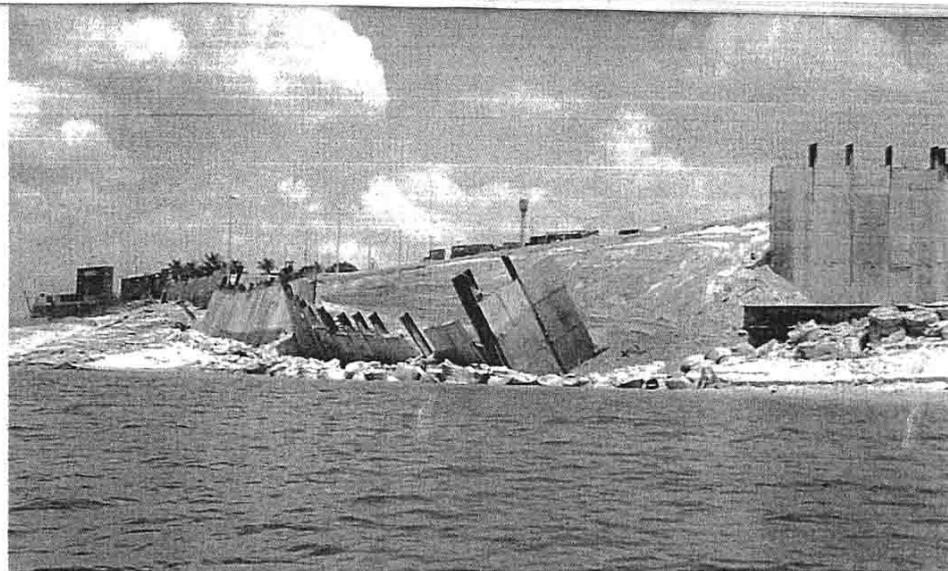
**MONICA PRESTES
ESÍNTIA MACIEL**
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

O desabamento de 100 metros de um muro de arrimo em um terreno que pertence ao Grupo Chibatão, ocorrido na madrugada desta sexta-feira, deve motivar o procurador do Ministério Público do Trabalho da 11ª Região, Jorcinei Dourado do Nascimento, a formalizar um pedido de interdição do Porto Chibatão na Justiça. O porto é o maior entre os empreendimentos privados de Manaus e está localizado no bairro Colônia Oliveira Machado, Zona Sul de Manaus.

A informação foi divulgada pelo procurador, por meio da assessoria de imprensa do órgão, após Dourado, juntamente com fiscais do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizar uma vistoria no local para avaliar os danos causados pelo desmoronamento da sexta-feira de madrugada.

O desabamento do muro de arrimo aconteceu na mesma área onde, em outubro de 2010, o desmoronamento de um pátio do Porto Chibatão levou para dentro do rio Negro centenas de contêineres, causando um prejuízo milionário, e a morte de dois funcionários, cujos corpos nunca mais foram encontrados. Paulo Pedro da Silva e Sílvio Barbosa eram os únicos que trabalhavam no pátio que desmoronou no momento do acidente.

De acordo com a assessoria de comunicação do MPT, o órgão deverá pedir informações aos órgãos competentes para formalizar um pedido de inter-



Vazante do rio Negro teria sido o motivo do desmoronamento. Segundo engenheiros, por conta da seca do rio o muro de arrimo acabou cedendo e desabou

Salva mais

>>> Pedidos ignorados
As justças Estadual e Federal ignoraram dois pedidos de interdição do Porto Chibatão, feitos em 2006 e em 2010 em duas ações judiciais. A primeira foi movida por Eric Stone Holanda no início de 2006. A segunda, uma ação civil pública impetrada pelo MPF em maio de 2010.

Depois do acidente, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) apontou que as principais causas do deslizamento foram o aterramento sobre depósitos instáveis de areia e entulho, rápido rebaixamento do lençol freático, vertentes de água na base da encosta e o peso no local no momento do acidente.

dição do porto na Justiça. A medida, segundo o procurador Jorcinei Dourado, pretende garantir que os trabalhos de recuperação do local sejam concluídos.

De acordo com informações

de engenheiros responsáveis pelas obras de recuperação do solo que estavam sendo executadas no porto, não há registro de vítimas por conta do desmoronamento do muro de arrimo,

já que o acidente aconteceu durante a madrugada de sexta-feira, quando não havia ninguém trabalhando no local.

Esses mesmos engenheiros ainda apontaram a vazante do rio Negro como o motivo do desmoronamento. Segundo eles, por conta da seca do rio o muro acabou cedendo e desabou. De acordo com eles, no trecho em questão estava acontecendo uma obra de recuperação do solo, realizada pela empresa ATR Logística.

Por meio de uma nota enviada à imprensa, a empresa ATR Logística, responsável pela obra, confirmou a queda do muro, mas assegurou que não houve vítimas e nenhum prejuízo material a terceiros.

Em números

#

R\$ 5 mi

é o valor da multa aplicada pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) ao Grupo Chibatão, em novembro do ano passado. De acordo com o Ipaam, as multas foram aplicadas por conta dos danos ambientais provocados pelo desmoronamento do pátio do porto, em outubro de 2010, e porque o empreendimento funcionava sem licença de instalação.

Grupo nega danos e riscos à área

Por meio de nota enviada à imprensa, o Grupo Chibatão informou que a área onde fica o muro de arrimo, que rompeu parcialmente na empresa ATR Logística, está em fase de recuperação, com obras não concluídas, e no momento do rompimento, não havia atividade nem pessoas no local.

Segundo o Grupo Chibatão, a área está desassociada e distante das operações portuárias do Porto Chibatão, não interferindo em suas atividades, que continuam normalmente.

Para os empresários, o rompimento do muro se deve à não conclusão dos serviços geotécnicos - representados pela injeção de colunas de jet ground - paralisadas em decorrência de decisão judicial, que determinou a suspensão das obras, sob pena de multa diária e outras penalidades.

Segundo o grupo, as trinças observadas na área se devem ao processo de retração hidráulica e acomodamento das camadas inferiores, que se reflete em trinças na superfície, o que não significa que haja risco.

O grupo ressaltou que os órgãos envolvidos na recuperação da área, inclusive a Justiça do Trabalho, aprovaram todas as ações e vinham acompanhando o andamento das obras.

CONFAZ

Definido terceiro entrepósito da ZFM

Amazonas e Pernambuco firmam protocolo ICMS para novo complexo

JOUBERT LIMA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Finalmente, está definido que Estado abrigará o terceiro entreposto da Zona Franca de Manaus. Será em Pernambuco, em cidade a ser definida pelo Governo daquele Estado. Ontem, durante a reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), foi firmado o protocolo de ICMS entre Amazonas e Pernambuco, criando o regime diferenciado de ICMS, passo fundamental para estabelecimento do novo entreposto.

Cabe agora ao governo pernambucano decidir o local onde o

Aval

A decisão de instalar um novo entreposto da Zona Franca precisou passar pelo Confaz porque a iniciativa implica em criar um regime especial de tributação, com suspensão de impostos por um período determinado.

novo entreposto será erguido: se na capital, Recife, ou no complexo de Suape, entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. A Zona Franca já conta

com entrepostos nas cidades de Rezende (RJ) e Uberlândia (MG).

Um entreposto é um complexo logístico onde as mercadorias fabricadas em Manaus podem ficar estocadas com suspensão tributária, isto é, sem incidência de impostos. Isso reduz drasticamente o tempo de transporte das mercadorias até os grandes varejistas, representando uma grande vantagem para a indústria local. O ICMS só será cobrado no momento em que a carga deixa o entreposto rumo ao varejista.

A vantagem para o município que abriga o entreposto consiste na geração de empregos e



Isper Abrahim, da Sefaz, diz que novo entreposto facilitará acesso ao Nordeste

de ISS. Não é a toa que outros Estados negociam com o Governo do Amazonas e com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) a implantação de complexos como este em seus territórios.

É o caso de Goiás, São Paulo e Pará, que já contam, inclusive, com protocolos de intenção assinados, primeiro passo no processo de implantação desse tipo de empreendimento.

O secretário de Estado da Fazenda do Amazonas, Isper Abrahim, explicou que a criação de um novo entreposto é estratégica para atender o mercado crescente do Nordeste.

Ainda esse ano deve ser lançado o edital para escolha da empresa que vai instalar e operar o novo entreposto. Em expectativa otimista, o secretário executivo da Sefaz, Thomaz Nogueira, acredita que esse processo pode estar concluído em março de 2012. A implantação deve ocorrer de forma mais tranquila, uma vez que não deve haver questionamentos jurídicos como aconteceu com o entreposto de Uberlândia.

Omar pede juros menores na dívida estadual com a União

O governador do Amazonas, Omar Aziz, defendeu, ontem, na abertura da reunião ordinária do Confaz, em Manaus, a cobrança de juros menores e a mudança do indexador usado no cálculo da dívida dos Estados com a União. Para o governador, o atual sistema de cobrança tem reduzido a capacidade de investimento dos Estados em áreas estratégicas como saúde, educação e segurança pública.

“Nós estamos pagando nossas dívidas aqui em torno de 17% de juros, quando você estaria pagando normalmente 8,5%”, afirmou o governador. Segundo estimativa da Secretaria de Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), este ano, a dívida do Estado com a União está em torno de R\$ 3 bilhões. Com pagamento de juros e amortização da dívida, a previsão é que cerca de R\$ 400 milhões sejam de-

sembolsados pelo Governo Estadual somente em 2011.

Para o cálculo da dívida dos Estados, o governo federal utiliza o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), que é um indexador que mensura a inflação, mais o acréscimo da cobrança de um percentual que varia de 6% a 9% sobre a dívida. Na década passada, o IGP-DI variou 98,28% e, até agosto deste ano, já acumula alta de 3,53%.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputado defende regime diferenciado entre estados

Ex-secretário da Fazenda é autor de um projeto no Congresso Federal

CINTHIA GUIMARÃES

DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Com as discussões sobre a reforma tributária brasileira, postas durante a reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), realizada ontem em Manaus, o economista e deputado federal Valdivino de Oliveira (PSDB/GO), defende que o governo federal dê autonomia aos estados brasileiros para compor uma proposta de reforma de acordo com suas realidades sócioeconômicas.

O projeto do governo federal quer unificar a alíquota de (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrada na fronteira entre os Estados produtores e consumidores, o que supostamente acabaria com a guerra fiscal. Atualmente, a alíquota varia de 7% a 12%, dependendo do produto e dos

Destaque

Em julho, o governador Omar Aziz ingressou com uma Adin no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o estado de São Paulo por zerar o PIS/Confins para a produzir tablet, benefício fiscal concedido da ZFM.

incentivos dados.

Valdivino é autor de um projeto de reforma na Câmara dos Deputados que beneficie as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste na atração de empresas e os municípios na divisão do bolo tributário. Ele foi por nove vezes secretário estadual da Fazenda de Goiás e secretário municipal de Finanças da capital Goiânia.

“Qualquer processo indus-

trial passa por uma palavra que é competitividade econômica, que está ligada à proximidade do estado consumidor e da carga tributária. Por isso que temos que ter carga tributária diferenciada em cada estado”.

A guerra fiscal é a disputa, entre cidades e estados, para ver quem oferece melhores incentivos para que as empresas se instalem em seus territórios.

“A reforma tributária que nasce da União dificilmente vai à frente, porque os pressupostos não são dos estados brasileiros. Quando se fala de reforma do ICMS lidamos com 27 economias, sistema produção e mercados diferentes”, enfatizou.

Para o parlamentar, o grande desafio é industrializar os estados, diminuindo as desigualdades econômicas das regiões mais ricas em comparação com as regiões Norte, Nordeste.

ESTÍMULO

Quase R\$ 2 bilhões para a exportação

O governo liberou ontem R\$ 1,95 bi referente ao auxílio financeiro que complementa os repasses da Lei Kandir para Estados e municípios. O valor compensa as unidades da federação pela perda de arrecadação decorrente da aplicação da lei, que retira a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nas exportações de produtos básicos e semielaborados.

DESENVOLVIMENTO

Ministro critica o sistema tributário

Fernando Pimentel classificou sistema adotado no Brasil como 'disfuncional'

SÃO PAULO (ABR) - O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, classificou ontem como "disfuncional" o sistema tributário brasileiro. Segundo ele, o modelo de arrecadação funcionou enquanto o País esteve em um patamar mais baixo de desenvolvimento. Atualmente, no entanto, o ministro acredita que o sistema se tornou um gargalo para o crescimento. "Isso tinha funcionalidade quando nós éramos um país da segunda divisão, agora virou um monstro", disse ao participar de um debate sobre a competitividade da indústria.

O governo está trabalhando, de acordo com Pimentel, para conseguir a "mobilização social" necessária para reestruturar o sistema tributário. Essa solução definitiva foi, segundo o ministro, adiada por muito tempo, com a adoção de medidas paliativas para o problema. "Para a gente não fazer reforma fiscal, nós fomos inventando maneiras de contornar o sistema", disse ele, em referência, por exemplo, ao Simples Nacional, regime de tributo único para pequenas empresas.

Pimentel concordou com a avaliação do presidente do Instituto Atlântico, Paulo Rabelo,



Fábio Rodrigues Pozzebom/ABR

de que a existência de um sistema chamado de "simples" deixa implícito que todo o resto é complicado. "É uma confissão de culpa do nosso sistema tributário", ressaltou.

O ministro destacou, entretanto, nessa linha de simplificação, o sucesso do programa de empreendedor individual que trouxe para a formalidade 1,5 milhão de pessoas. O desafio, na avaliação de Pimentel, é a partir de agora transformar esses pequenos negócios em grandes e médias empresas. "Temos que pegar milhões desses empresários e transformá-los em grandes e médios".

Para obter sucesso nessa área, Pimentel acredita no trabalho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo ele, o modelo de financiamento promovido pelo banco de fomento, que fortalece empresas com crédito de menor custo, é um modelo que foi bem sucedido em outros países emergentes. "Um país, para ser líder, precisa ter grandes corporações", destacou o ministro.

Para ministro, sistema é de '2ª divisão'

Dívida de mais de R\$ 3 bi com a União leva Estado a pedir redução de juros

Apelo foi feito ontem, pelo governador Omar Aziz, em evento com secretários da Fazenda

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Danilo Melo 30/09/2011

MANAUS

O governador do Amazonas, Omar Aziz, defendeu ontem durante a reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) realizada em Manaus a cobrança de juros menores e a mudança do indexador usado no cálculo da dívida dos Estados com a União. Dados preliminares da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) mostram que o Amazonas tem uma dívida de mais de R\$ 3 bi com a União e com os investimentos para a Copa de 2014, esse montante será superior a R\$ 4 bilhões.

Omar disse ser possível reduzir os juros da dívida, para que o Estado tenha mais recursos para investimento. "Nós estamos pagando nossas dívidas aqui em torno de 17% de juros, quando poderíamos estar pagando normalmente 8,5%", afirmou.

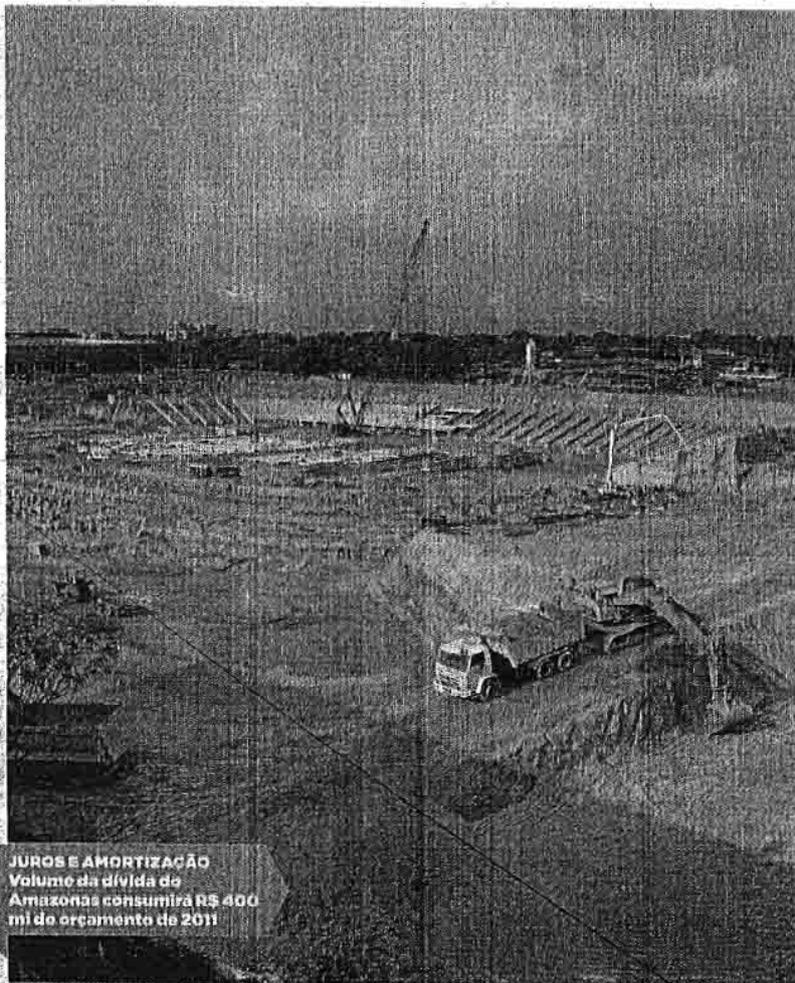
Outro ponto importante do Confaz foi a discussão sobre os novos critérios para a distribuição da alíquota do Fundo de Participação dos Estados (FPE), cujo prazo estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é até dezembro do ano que vem.

Entrepasto

Na reunião do conselho foi assinado ainda um termo de cooperação entre Amazonas e Pernambuco, que deve resultar na criação de um entreposto da Zona Franca de Manaus na cidade de Escada (distante 63 quilômetros de Recife).

O depósito está previsto para inaugurar em março de 2012 e será o terceiro do tipo, com a finalidade de escoar os produtos da indústria amazonense para todo o Nordeste.

De acordo com o Secretário da Fazenda de Pernambuco, Paulo Câmara, o valor estimado para a construção do entreposto é de R\$ 10 milhões, com a geração de aproximadamente 200 empregos diretos.



JUROS E AMORTIZAÇÃO
Volume da dívida do Amazonas consumirá R\$ 400 mi do orçamento de 2011

Investimentos para assegurar a construção da Arena da Amazônia e a implantação do monotrilho elevarão em mais de R\$ 1 bilhão a dívida do Estado com a União.

OS NÚMEROS

R\$ 3 bi

Esse é o valor da dívida do Amazonas com a União, segundo estimativa da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM). Com pagamento de juros e amortização da dívida, a previsão é que cerca de R\$ 400 mi sejam desembolsados pelo Governo Estadual somente em 2011.

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, é sempre bom mais um entreposto, pois assim as indústrias conseguem deixar os produtos mais próximos do consumidor final. Com o entreposto, uma fabricante de TVs, por exemplo, pode estocar seus aparelhos no espaço e só começar a pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) quando vendido para uma rede varejista.

O secretário-executivo de

Estado da Fazenda, Tomaz Nogueira informou que o Amazonas ainda possui termos de cooperação para a instalação de entrepostos fiscais em Goiás, Pará e São Paulo, ainda em fase inicial de estudos. Em São Paulo, segundo Nogueira, a ideia é criar um entreposto na grande São Paulo, onde não só a capital paulista seria atendida, mas também as cidades mais próximas, como São José dos Campos. Por ter sido assinada na gestão passada, a negociação de um entreposto com o Pará está parada.

FRASE



Omar Aziz. Governador do AM

Nós estamos pagando nossas dívidas aqui em torno de 17% de juros"

Sobre a alta taxa de juros paga pelos empréstimos com a União

IMPASSE CONTINUA

Mais tempo para tratar da guerra fiscal

O secretário de Estado da Fazenda, Isper Abrahim, declarou que a guerra fiscal cria uma perda grande em termos de recursos para os Estados, mas não é um assunto fácil de ser resolvido. "Vamos ter reuniões adicionais nos próximos 15 dias. Ninguém consegue resolver nada sem conversar. Queremos que a concessão ilegal de benefícios fiscais acabe e que volte tudo à legalidade", disse Abrahim.

Sobre o impasse com o Pará, com relação à dupla cobrança do ICMS no transporte de mercadorias do PIM, o secretário afirmou que as conversas com a equipe técnica daquele Estado continuam e que um acordo deve ser feito até o fim do ano. "Posso garantir que até o momento não temos nenhum prejuízo para transportadoras ou empresas", afirmou. Segundo ele, estabelecer o que deve ser um novo frete e o que é uma continuidade do despacho feito em Manaus são os principais pontos a serem discutidos.

Ministro da indústria descarta alterar regra do regime automotivo

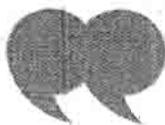
O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Fernando Pimentel, disse ontem que o governo não pretende realizar alterações no novo regime automotivo, mas está disposto a analisar propostas de empresas interessadas em fazer investimentos no País.

De acordo com o ministro, a Hyundai, que pretende instalar uma fábrica em Piracicaba (SP) e deve ter dificuldades em iniciar a produção com um índice de nacionalização de 65%, ainda não procurou o governo.

“No caso da Hyundai, se a fábrica entrar em operação atendendo às normas colocadas no dispositivo, ela vai ser enquadrada e terá os benefícios do regime”, afirmou. “Mas, até o momento, não houve nenhuma procura ou sinalização por parte dela para alteração dessas medidas”, completou.

O ministro disse, ainda, que os planos de investimento da Foxconn - empresa taiwanesa do setor de tecnologia que vai montar produtos da Apple no Brasil - permanecem os mesmos. “A Foxconn está vindo, está tudo normal”, afirmou. “Vai

FRASE



Fernando Pimentel. Ministro

Neste momento, o regime que temos não vai ser alterado”

Ao explicar que o governo não se recusará a analisar propostas de empresas que queiram vir para o País.

levar pelo menos um ano para terminarem os projetos deles”, disse.

Na defesa

Também ontem, a presidente Dilma Rousseff disse que o governo está alerta para fazer o que for necessário para proteger o País dos efeitos da crise, mas descartou a adoção de medidas de manipulação cambial, diminuição de salários e precarização do mercado de trabalho como forma de defesa.